



## Conselho Federal de Contabilidade

### EDITAL CFC/CAE Nº 3/2005

#### **EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)**

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no uso de suas atribuições legais e com base na Resolução CFC nº 1.031/05, torna pública a abertura de inscrições e estabelece as normas para a realização da 2ª edição de 2005 do EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com vistas à atuação no mercado de valores mobiliários e/ou no mercado financeiro.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Exame será regido por este Edital e pelo diploma legal citado em seu *caput*.

1.2. O Exame visa comprovar os conhecimentos específicos nas áreas de Contabilidade e Auditoria, consoante os conteúdos programáticos descritos neste Edital.

1.3. O Exame de que trata o Edital será composto de duas provas:

- a) prova de qualificação técnica geral; e
- b) prova específica para os contadores que pretendam atuar em auditoria de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB).

1.3.1. As provas serão escritas, com questões para respostas objetivas e questões para respostas dissertativas.

1.3.2. Os contadores que pretendem atuar em auditoria de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e que estejam, regularmente, inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estarão dispensados da Prova de Qualificação Técnica Geral.

1.3.3. Os contadores que não estejam inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e que pretendam atuar em auditoria de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB), além da prova de qualificação técnica geral, deverão, também, se submeter à prova específica.

1.4. As provas serão aplicadas na mesma data e hora em todo o território nacional, ajustando-se, para tanto, as diferenças de fuso horário, cabendo a sua aplicação ao Sistema CFC/CRCs.

#### 2. DA INSCRIÇÃO

2.2. Local e Período – As inscrições deverão ser efetuadas nas sedes dos Conselhos Regionais de Contabilidade, no período de **26/9/2005 a 25/10/2005**, em dias úteis, respeitado o horário de funcionamento de cada Conselho Regional.

2.3. Dos Procedimentos – Para efetivação da inscrição, o candidato deverá apresentar:

- a) formulário fornecido pelo Conselho Regional de Contabilidade, também disponível no *site* do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) ([www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)), devidamente preenchido e assinado; e



## Conselho Federal de Contabilidade

b) comprovante(s) de recolhimento da(s) Taxa(s) de Inscrição.

2.3.1. Serão retidos, no ato da inscrição, os documentos exigidos no item 2.3.

2.3.2. No Conselho Federal de Contabilidade (CFC), não serão admitidas inscrições.

2.4. Será admitida a inscrição por terceiros, mediante a entrega de procuração do interessado, acompanhada de cópias legíveis dos documentos de identidade e CPFs do candidato e de seu procurador.

2.4.1. Não há necessidade de reconhecimento de firma na procuração e de autenticação nas cópias dos demais documentos.

2.4.2. O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as conseqüências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do Formulário de Pedido de Inscrição.

2.4.3. Serão retidos, no ato da inscrição, os documentos exigidos no item 2.4.

2.5. É vedada a inscrição:

- a) realizada por meio de aparelho de fac-símile (*fax*), por via postal ou por correio eletrônico;
- b) efetuada com dado, comprovadamente, falso;
- c) em desacordo com qualquer requisito deste Edital e das Normas Profissionais de Contabilidade; e
- d) extemporânea.

2.6. Da Taxa de Inscrição – A Taxa de Inscrição para cada uma das provas será de R\$ 100,00 (cem reais), a ser recolhida, em guia própria, em favor do Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

2.6.1. É vedada a isenção total ou parcial da Taxa de Inscrição ou, ainda, a devolução dos valores recolhidos em qualquer hipótese e sob qualquer argumento, salvo em caso de cancelamento do Exame.

2.6.2. É vedada a transferência do valor pago a título de Taxa de Inscrição para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

2.6.3. Será nula a inscrição que não atender às exigências anteriores e/ou se o pagamento da inscrição ocorrer com cheque e este for devolvido, por qualquer motivo, pela instituição financeira sacada.

2.6.4. Caberá ao Sistema CFC/CRCs, por meio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), verificar a regularidade do profissional e/ou a existência de eventuais impedimentos como condição para a homologação da inscrição.

2.7. O candidato possuidor de necessidades especiais deverá, no ato na inscrição, indicar, no formulário, as providências necessárias que lhe possibilitem participar do processo de Exame, sem qualquer restrição.

2.7.1. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

2.8. Das Disposições Gerais

2.8.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.



## Conselho Federal de Contabilidade

2.8.2. Efetivada a inscrição, o candidato terá o prazo de 30 (trinta) dias que antecedem a realização das provas para solicitar mudança do local no qual o candidato submeter-se-á à(s) prova(s).

2.8.3. As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) do direito de excluir do **Exame** aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e legível.

2.9. O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.

### 3. DA APLICAÇÃO DAS PROVAS

3.1. Data: **25 de novembro de 2005**.

3.2. Local de Realização: serão divulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade e Conselhos Regionais de Contabilidade e disponibilizados via internet até o dia **10/11/2005**.

3.3. Horário:

- Prova de Qualificação Técnica Geral: das 08h30min às 12h30min – horário de Brasília-DF.
- Prova Específica para atuação em auditoria nas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen): das 14h30min às 18h30min – horário de Brasília-DF.

3.4. O candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de caneta esferográfica (tinta azul ou preta), seu documento de identificação e do comprovante de inscrição.

3.4.1. Em hipótese alguma, será permitido o ingresso de candidato ao local da prova após o horário fixado para o seu início.

3.4.2. O candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença de acordo com aquela constante do seu documento de identidade, vedada a aposição de rubrica.

3.5. Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver, previamente, cadastrado e munido do original de seu Documento Oficial de Identidade, não sendo aceitas cópias, ainda que autenticadas.

3.6. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro (ainda válido), certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valem como identidade; carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto, obedecido o período de validade).

3.6.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento ou casamento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo ou modelo novo com período de validade vencido), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

3.6.2. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitirem, com clareza, a identificação do candidato e deverão conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia e data de nascimento.



## Conselho Federal de Contabilidade

3.7. O candidato que não apresentar documento de identidade na forma exigida neste Edital será eliminado do Exame, ressalvando-se os casos excepcionais, devidamente comprovados, e a critério do responsável pela aplicação das provas, designado pelo Conselho Regional de Contabilidade.

3.8. Durante as provas não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, manuais, impressos ou anotações, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, *palm top/hand held*, BIP, walkman, Pager, máquina fotográfica, gravador ou qualquer outro receptor de mensagens.

3.8.1. Será permitido o uso de máquina calculadora, desde que não permita o armazenamento de texto.

3.9. Somente serão permitidos assinalamentos nos Cartões-Resposta feitos pelo próprio candidato, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros, salvo na hipótese de candidato possuidor de necessidades especiais que impossibilitem a marcação pelo próprio interessado, quando deverá haver o auxílio de agentes treinados e autorizados pelo responsável pela aplicação das provas.

3.10. Somente será permitida a saída definitiva do candidato da sala de prova após 1 (uma) hora do seu início, sendo liberada a entrega do caderno de provas ao candidato quando de sua saída.

3.11. Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu cartão-resposta.

3.12. Na correção do Cartão-Resposta será atribuída a nota zero à questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada ou com rasura.

3.13. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

3.14. Em caso de emergência e a critério do responsável pela aplicação das provas, o candidato poderá afastar-se da sala sempre acompanhado de fiscal, desde que não se retire do local de realização do Exame.

### 4. DAS PROVAS

4.1. As provas serão compostas cada uma de 50 (cinquenta) questões objetivas, valendo um ponto cada, e de 5 (cinco) questões dissertativas, valendo até 10 (dez) pontos cada, numeradas de 1 a 55, totalizando 100 (cem) pontos, abrangendo as seguintes áreas:

<b>PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>a) Legislação e Ética Profissional;</li><li>b) Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade;</li><li>c) Auditoria Contábil;</li><li>d) Legislação Societária;</li><li>e) Legislação e Normas de Organismos Controladores do Mercado; e</li><li>f) Língua Portuguesa Aplicada.</li></ul>



## Conselho Federal de Contabilidade

### **PROVA ESPECÍFICA PARA ATUAÇÃO EM AUDITORIA NAS INSTITUIÇÕES REGULADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)**

- a) Legislação e Normas emitidas pelo Banco Central do Brasil (BCB);
- b) Conhecimentos de operações da área de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB);
- c) Contabilidade Bancária;
- d) Língua Portuguesa Aplicada.

4.2. As provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes do Anexo deste Edital, baseadas, fundamentalmente, nos seguintes tópicos:

4.2.1. Princípios Fundamentais de Contabilidade editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4.2.2. Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4.2.3. Legislação da Profissão Contábil no Brasil.

4.2.4. Resoluções em vigor, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) até 90 (noventa) dias antes da data de aplicação da prova (Anexo I).

4.3. Das questões objetivas

4.3.1. Cada questão objetiva da prova conterà 4 (quatro) alternativas, identificadas pelas letras “a”, “b”, “c” e “d”.

4.3.2. Cada questão objetiva possuirá somente uma alternativa correta.

4.3.3. Será fornecido ao candidato, no caderno de prova, formulário para rascunho de marcação das respostas, para fins de conferência posterior do resultado publicado, podendo essa folha ser destacada.

4.4. Das questões dissertativas

4.4.1. Para avaliação das questões dissertativas, serão considerados 5 (cinco) pontos para Conteúdo Técnico e 5 (cinco) pontos para Língua Portuguesa Aplicada.

4.4.2. O texto das questões dissertativas será avaliado quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados – demonstração de conhecimento aplicado – bem como quanto ao domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

4.4.3. As respostas das questões dissertativas deverão ser feitas pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato inscrito na condição de possuidor de necessidades especiais ou que tenha solicitado condição especial para a realização das provas. Nesse caso, se houver necessidade, o candidato será acompanhado por um fiscal de sala



## Conselho Federal de Contabilidade

devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando, oralmente, a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

4.4.4. As folhas de textos definitivos da prova dissertativa não poderão ser assinaladas, rubricadas e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que a identifique em outro local que não seja o estabelecido para isso, sob pena de anulação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.

4.4.5. As folhas de textos definitivos serão os únicos documentos válidos para a avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não valerão para tal finalidade.

### 5. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

5.1. As provas objetivas serão corrigidas pelas folhas de respostas, por meio de processamento eletrônico, as quais serão os únicos documentos válidos para a correção.

5.2. A avaliação de cada texto de cada parte das questões dissertativas será feita da seguinte forma:

5.2.1. Será exigido o mínimo de 10 (dez) linhas efetivamente escritas pelo candidato.

5.2.2. Nos casos de fuga ao tema, de texto definitivo escrito a lápis, de não haver texto ou de identificação em local indevido, o candidato receberá nota na questão igual a ZERO.

5.2.3. A apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo, limitada a 10 (dez) pontos.

5.2.4. A avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o nível de acertos e de erros do candidato, considerando-se aspectos de natureza gramatical tais como: acentuação, grafia, pontuação, concordância, regência, morfossintaxe, propriedade vocabular, translineação.

5.2.5. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado.

5.3. A nota final do Exame será a soma da nota final na prova objetiva e da prova dissertativa.

5.4. Será considerado aprovado o candidato que alcançar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das questões objetivas e 50% (cinquenta por cento) dos pontos das questões subjetivas previstos em cada prova.

5.4.1. O candidato que se submeter à prova para atuar em auditoria de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB) somente será considerado aprovado nesta se obtiver aprovação na prova de Qualificação Técnica Geral, salvo se já for inscrito no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

5.5. Os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas serão divulgados no portal do CFC, no endereço <http://www.cfc.org.br>, até 10 (dez) dias da data de realização das provas, e os gabaritos oficiais definitivos das questões objetivas serão divulgados após decorrido o prazo para recursos.

5.6. A relação dos aprovados será publicada no Diário Oficial da União (DOU) até 60 (sessenta) dias da data de realização das provas.



## Conselho Federal de Contabilidade

5.7. Ocorrendo aprovação, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitirá Certidão de Aprovação para cada prova, se for o caso, com validade de 1 (um) ano, a contar da data da publicação da relação de aprovados no DOU, para inscrição no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e para outros fins.

### 6. DAS SANÇÕES

6.1. O candidato será eliminado do Exame nas seguintes hipóteses:

- a) tentar ou praticar alguma infração à norma de realização do Exame;
- b) tentar ou usar de meio fraudulento, em benefício próprio ou de terceiro, na realização do Exame;
- c) comunicar-se ou tentar comunicar-se oralmente, por escrito ou por qualquer outro meio, com outra pessoa, durante a realização do Exame;
- d) de posse, utilização ou tentativa de utilização de aparelho eletrônico de qualquer natureza, de livro, de nota técnica ou de estudo, de impresso e de qualquer outro material, durante a realização do Exame; e
- e) da prática de falsidade ideológica em qualquer fase do Exame.

6.2. A eliminação do Exame não prejudica a aplicação de outras sanções de ordem criminal.

### 7. DOS RECURSOS

7.1. Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados no portal do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no endereço <http://www.cfc.org.br>, até 10 (dez) dias da data de realização do Exame.

7.1.1. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 10 (dez) dias úteis, a contar do 11º (décimo primeiro) dia subsequente ao da data de realização do Exame.

7.1.2. A interposição de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas poderá ser feita em qualquer Conselho Regional de Contabilidade (CRC), obedecidos o horário de funcionamento do CRC e o prazo recursal.

7.1.3. O candidato deverá apresentar um conjunto de recursos original.

7.1.3.1. O conjunto de recursos deverá ser apresentado com as seguintes especificações:

- a) identificação do candidato, RG, registro em CRC, local onde realizou a prova, tipo de prova;
- b) justificativa de recurso, exclusivo para cada item cujo gabarito oficial preliminar esteja sendo questionado, a resposta marcada pelo candidato e do gabarito oficial preliminar divulgado pelo CFC;
- c) na justificativa de recurso deverá constar apresentação de argumentação lógica e consistente elaborada pelo próprio candidato;

7.1.4. Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem



## Conselho Federal de Contabilidade

recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.1.5. Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no *site* <http://www.cfc.org.br> quando da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

7.1.6. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes, que não atendam às exigências e/ou especificações estabelecidas neste edital.

7.1.7. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo.

7.1.8. Os recursos contra os gabaritos oficiais preliminares deverão ser analisados, julgados e divulgados, em cada fase, no prazo de até 15 (quinze) dias.

7.2. O recurso das questões dissertativas deverá ser interposto pelo candidato, na mesma cidade onde realizou a prova.

7.2.1. O recurso deverá ser obrigatoriamente datilografado ou digitado, devendo conter a identificação do candidato.

7.2.2. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente e/ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

7.3. Caberá recurso do resultado oficial definitivo ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) desde que devidamente fundamentado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do resultado oficial definitivo no Diário Oficial da União, que deverá ser encaminhado da seguinte forma:

- a) à Comissão Administradora do Exame, em primeira instância;
- b) à Câmara Técnica do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em segunda instância, a contar da data da ciência da decisão de primeira instância;
- c) ao Plenário do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em última instância, a contar da data da ciência da decisão de segunda instância.

7.3.1. Os recursos do resultado oficial definitivo deverão ser analisados, julgados e divulgados, em cada fase, no prazo de até 20 (vinte) dias.

7.4.2. Os recursos do resultado oficial definitivo terão que ser protocolados no Conselho Regional de Contabilidade do Estado no qual o candidato realizou o Exame.

7.5. Não será aceita a interposição de recurso por procurador.

7.6. Não serão aceitos recursos via postal, fax ou correio eletrônico, sob pena de serem, preliminarmente, indeferidos.

7.7. Os recursos protocolados fora do prazo serão indeferidos preliminarmente.

7.8. Os recursos terão que conter dados necessários à identificação do candidato, argumentos e fundamentação com base nos conteúdos programáticos, sob pena de não serem conhecidos.



## Conselho Federal de Contabilidade

7.9. Não haverá revisão e vistas de provas, nem servirão o caderno de provas e eventuais anotações como fonte de prova documental ao recurso.

### 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A contagem de prazos estipulados neste Edital exclui o dia de início e inclui o dia de vencimento.

8.2. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as etapas previstas neste Edital nos Conselhos Regionais de Contabilidade e/ou pela internet nos *sites* do Sistema CFC/CRCs.

8.3. A inscrição no Exame implica ciência e aceitação das normas contidas neste Edital.

Brasília-DF, 22 de agosto de 2005.

José Martonio Alves Coelho  
Presidente do Conselho Federal de Contabilidade



## Conselho Federal de Contabilidade

### ANEXO I

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL

#### 1. LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL

##### a) A LEGISLAÇÃO SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL

- **RESOLUÇÃO CFC Nº 803/96**

Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista.

- **RESOLUÇÃO CFC Nº 821/97 e suas Interpretações Técnicas**

Aprova a NPC P1 – Normas Profissionais de Auditores Independentes com alterações, e dá outras providências.

##### b) LEGISLAÇÃO SOBRE A PROFISSÃO CONTÁBIL

- **DECRETO-LEI Nº 9.295/46**

Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade, e dá outras providências.

- **RESOLUÇÃO CFC Nº 560/83**

Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o art. 25 do Decreto-Lei n 9.295, de 27 de maio de 1946.

#### 2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE E SUAS INTERPRETAÇÕES TÉCNICAS, EDITADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC).

- **NBC T 1 — Aprova a normatização Das Características da Informação Contábil (Resolução CFC nº 785, de 28-7-95, publicada no DOU em 1º-8-95)**

- **NBC T 2 — Da Escrituração Contábil**

2.1 – Das Formalidades da Escrituração Contábil (Resolução CFC nº 563, de 28-10-83, publicada no DOU em 30-12-83, alterada pela Resolução CFC nº 790, de 13-12-95, publicada no DOU em 30-12-95, e pela Resolução CFC nº 848, de 16-6-99, publicada no DOU em 12-7-99. Alterada pela Resolução CFC nº 790, de 13-12-95. Dispõe sobre a alteração do item 2.1.5.4 da NBC T 2.1 –, aprovada pela Resolução CFC nº 563, de 28-10-83)

2.2 – Da Documentação Contábil (Resolução CFC nº 597, de 14-6-85, publicada no DOU em 29-7-85)



## Conselho Federal de Contabilidade

- 2.4 – Da Retificação de Lançamentos (Resolução CFC nº 596, de 14-6-85, publicada no DOU em 29-7-85)
- 2.5 – Das Contas de Compensação (Resolução CFC nº 612, de 17-12-85, publicada no DOU em 21-1-86)
- 2.6 – Da Escrituração Contábil das Filiais (Resolução CFC nº 684, de 14-12-90, publicada no DOU em 27-8-91)
- 2.7 – Do Balancete (Resolução CFC nº 685, de 14-12-90, publicada no DOU em 27-8-91 e republicada em 12-3-99)
- 2.8 – Formalidades da Escrituração Contábil em Forma Eletrônica (Resolução CFC nº 1.020 de 18-3-05, publicada no DOU em 2-3-05)
- **NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis** (Resolução CFC nº 686, de 14-12-90, publicada no DOU em 27-8-91 e alterada pela Resolução CFC nº 847/99, de 16-6-99, publicada no DOU em 8-7-99. Alterada pela Resolução CFC nº 887, de 9-10-00. Dispõe sobre a alteração do item 3.5.1 da NBC T 3 - Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº 847, de 16-6-99)
    - 3.1 – Das Disposições Gerais
    - 3.2 – Do Balanço Patrimonial
    - 3.3 – Da Demonstração do Resultado
    - 3.4 – Da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
    - 3.5 – Da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
    - 3.6 – Da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
    - 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado (Resolução CFC nº 1.010 de 21-1-05, publicada no DOU em 25-1-05)
  
  - **NBC T 4 – Da Avaliação Patrimonial** (Resolução CFC nº 732, de 22-10-92, publicada no DOU em 5-11-92 e alterada pela Resolução CFC nº 846, de 25-5-99, publicada no DOU em 28-5-99)
    - 4.1 – Disposições Gerais
    - 4.2 – Ativo
    - 4.3 – Passivo
  
  - **NBC T 6 – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis** (Resolução CFC nº 737, de 27-11-92, publicada no DOU em 11-12-92)
    - 6.1 – Da Forma de Apresentação
    - 6.2 – Do Conteúdo das Notas Explicativas
    - 6.3 – Das Republicações
  
  - **NBC T 7 – Conversão da Moeda Estrangeira nas Demonstrações Contábeis** (Resolução CFC nº 912, de 9-10-01, publicada no DOU em 11-10-01 e republicada no DOU em 25-10-01)



## Conselho Federal de Contabilidade

- **NBC T 8 – Das Demonstrações Contábeis Consolidadas** (Resolução CFC nº 937, de 24-4-02, publicada no DOU em 11-6-02 e retificada no DOU em 20-6-02)
  
  - **NBC T 10 – Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas**
    - 10.1 – Empreendimentos de Execução em Longo Prazo (Resolução CFC nº 1.011 de 21-1-05, publicada no DOU em 25-1-05)
    - 10.2 – Arrendamento Mercantil (Resolução CFC nº 921, de 13-2-01, publicada no DOU em 3-1-02)
    - 10.3 – Consórcio de Vendas (Resolução CFC nº 913, de 9-10-01, publicada no DOU em 11-10-01)
    - 10.4 – Fundações (Resolução CFC nº 837, de 22-2-99, publicada no DOU em 25-2-99 e republicada em 2-3-99, e retificada no DOU em 22-10-99)
    - 10.5 – Entidades Imobiliárias (Resolução CFC nº 963, de 16-5-03, publicada no DOU em 4-6-03)
    - 10.6 – Entidades Hoteleiras (Resolução CFC nº 956, de 21-2-03, publicada no DOU em 11-3-03)
    - 10.8 – Entidades Cooperativas (Resolução CFC nº 920, de 19-12-01, publicada no DOU em 3-1-02 e republicada no DOU em 9-1-02)
    - 10.8 – IT – 01 – Entidades Cooperativas (Resolução CFC nº 1.013 de 21-1-05 publicada no DOU em 25-1-05)
    - 10.9 – Entidades Financeiras (Resolução CFC nº 876, de 18-4-00, publicada no DOU em 20-4-00)
    - 10.13 – Dos Aspectos Contábeis em Entidades Desportivas Profissionais (Resolução CFC nº 1.005 de 17-9-04, publicada no DOU em 4-11-04 e retificada no DOU em 5-11-04)
    - 10.14 – Entidades Rurais (Resolução CFC nº 909, de 8-8-01, publicada no DOU em 15-9-01 e republicada no DOU em 26-9-01)
    - 10.16 – Entidades que recebem Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações (Resolução CFC 922, de 13-12-01, publicada no DOU em 3-1-02)
  
    - 10.18 – Entidades Sindicais e Associações de Classe (Resolução CFC nº 838, de 22-2-99, publicada no DOU em 25-2-99, republicada em 2-3-99, retificada no DOU em 22-10-99 e alterada pela Resolução CFC nº 852, de 13-8-99, publicada no DOU em 25-8-99)
    - 10.19 – Entidades Sem Finalidades de Lucros (Resolução CFC nº 877, de 18-4-00, publicada no DOU em 20-4-00 e alterada pela Resolução CFC nº 926, de 19-12-01, publicada no DOU em 3-01-02, e pela Resolução CFC nº 966, de 16-5-03, publicada no DOU em 4-6-03)
    - 10.21 – Entidades Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde (Resolução CFC nº 944, de 30-8-02, publicada no DOU em 10-9-02)
- IT – Interpretação Técnica
- 10.21 – IT – 01 – Regulamentação do item 10.21.1.4 (Resolução CFC nº 958, de 14-3-03, publicada no DOU em 22-4-03)
  - 10.21 – IT – 02 – Regulamentação do item 10.21.1.4 – Demonstração de Sobras e Perdas (Resolução CFC nº 959, de 4-3-03, publicada no DOU em 22-4-03)



## Conselho Federal de Contabilidade

- **NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental** (Resolução CFC nº 1.003 de 19-8-04, publicada no DOU em 6-9-04)
- **NBC T 16 – Aspectos Contábeis Específicos da Gestão Governamental**
- **NBC T 19 – Aspectos Contábeis Específicos**
  - 19.1 – Imobilizado (Resolução CFC nº 1.025 de 15-4-05, publicada no DOU em 9-5-05)
  - 19.2 – Tributos sobre Lucros (Resolução CFC nº 998 de 21-5-04, publicada no DOU em 9-6-04)
  - 19.4 – Incentivos Fiscais, Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações Governamentais (Resolução CFC nº 1.026 de 15-4-05, publicada no DOU em 9-5-05)
  - 19.5 – Depreciação, Amortização e Exaustão (Resolução CFC nº 1.027 de 15-4-05, publicada no DOU em 9-5-05)
  - 19.6 – Reavaliação de Ativos (Resolução CFC nº 1.004 de 19-8-04, publicada no DOU em 6-9-04)
- **NBC P 1 – Aprova as Normas Profissionais de Auditor Independente** (Resolução CFC Nº 821, de 17-12-97, publicada no DOU EM 21-1-98. Revoga a Resolução CFC nº 701, de 24-4-91, publicada no DOU em 10-5-91 e revoga a Resolução CFC nº 321, de 14-4-72, publicada no DOU em 11-5-72, alterada pela Resolução CFC nº 965, de 16 de maio de 2003, publicada no DOU em 17-7-03)
  - 1.8 – Utilização de Trabalhos de Especialistas (Resolução CFC nº 1.023 de 15-4-05, publicada no DOU em 9-5-05)
  - IT – Interpretação Técnica
    - NBC P 1 – IT – 01 – Regulamentação do item 1.9 da NBC P 1 – Normas Profissionais de Auditor Independente (Resolução CFC nº 851, de 13-8-99, publicada no DOU em 25-8-99 e retificada no DOU em 24-3-00 e em 9-7-03)
    - NBC P 1 – IT – 02 – Regulamentação dos itens 1.2 – Independência, 1.6 – Sigilo e 1.12 – Manutenção dos Líderes de Equipe de Auditoria da NBC P 1 – Normas Profissionais do Auditor Independente (Resolução CFC nº 961, de 16 de maio de 2003, publicada no DOU em 4-6-03, que revoga a Resolução CFC nº 915, de 24-10-01)
    - NBC P 1 – IT – 03 – Regulamentação do item 1.4 – Honorários da NBC P 1 – Normas Profissionais do Auditor Independente (Resolução CFC nº 976 de 22-8-03, publicada no DOU em 3-9-03)
- **NBC P 4 – Aprova as Normas para Educação Profissional Continuada** (Resolução CFC nº 945, de 27-9-02 publicada no DOU em 7-10-02, que recebeu nova redação pela Resolução CFC nº 995, de 24-3-04, publicada no DOU em 23-4-04, alterada pela Resolução CFC nº 1.014, de 10-12-04, publicada no DOU em 14-12-04)
- **NBC P 5 – Norma sobre o Exame de Qualificação Técnica para o Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)** (Resolução CFC nº 1.031, de 28-7-05 publicada no DOU em 18-8-05, revoga a



## Conselho Federal de Contabilidade

Resolução CFC nº 1.002 de 23-7-04, publicada no DOU em 5-8-04, retificada no DOU em 9-8-04 e a Resolução CFC nº 1.018, de 18-2-05, publicada no DOU em 28-2-05)

- **NBC T 11 – Aprova as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis** (Resolução CFC nº 820, de 17-12-97, publicada no DOU EM 21-1-98, revoga a Resolução CFC nº 700, de 24-4-91, publicada no DOU em 10-5-91, que revogou a Resolução CFC nº 321, de 14-4-72, publicada no DOU em 11-5-72)

Resolução CFC nº 678, de 24-7-90, publicada no DOU em 27-8-91, revoga a Resolução CFC nº 672, de 10-5-90, da qual não consta registro de publicação no DOU. Aprova Normas sobre Procedimentos de Auditoria Independente para Revisões Limitadas das Informações Trimestrais à Comissão de Valores Mobiliários – CVM

11.6 – Relevância na Auditoria (Resolução CFC nº 981, de 24-10-03, publicada no DOU em 11-11-03)

11.11 – Amostragem (Resolução CFC nº 1.012, de 21-1-05, publicada no DOU em 25-1-05)

11.12 – Processamento Eletrônico de Dados (Resolução CFC nº 1.029, de 24-6-05, publicada no DOU em 6-7-05)

11.15 – Contingências (Resolução CFC nº 1.022 de 18-3-05, publicada no DOU em 22-4-05)

IT – Interpretação Técnica

NBC T 11 – IT – 01 – Interpreta o item 11.2.14 – Carta de Responsabilidade da Administração (Resolução CFC nº 752, de 20-9-93, publicada no DOU em 21-10-93)

NBC T 11- IT – 03 – Interpreta o item 11.1.4 – Fraude e Erro (Resolução CFC nº 836, de 22-2-99, publicada no DOU em 25-2-99 e republicada em 2-3-99)

NBC T 11 – IT – 04 – Interpreta o item 11.2.13 – Transações e Eventos Subseqüentes (Resolução CFC nº 839, de 26-2-99, publicada no DOU em 11-3-99)

NBC T 11- IT – 05 – Interpreta o item 11.3 – Parecer dos Auditores Independentes (Resolução CFC nº 830, de 16-12-98, publicada no DOU em 21-12-98)

NBC T 11 – IT – 06 – Interpreta o item 11.2.4 - Supervisão e Controle de Qualidade (Resolução CFC nº 914, de 24-10-01, publicada no DOU em 25-10-01)

NBC T 11 – IT – 07 – Interpreta o item 11.2.1 – Planejamento da Auditoria (Resolução CFC nº 936, de 24-05-02, publicada no DOU em 11-6-02 e republicada em 20-6-02)

NBC T 11 – IT – 08 – Interpreta o item 11.2.8 – Continuidade Normal das Atividades da Entidade (Resolução CFC nº 957, de 14-3-03, publicado no DOU em 22-4-03, retificada em 14-5-03 e 12-5-03)

NBC T 11 – IT – 09 – Interpreta o item 11.2.11 – Estimativas Contábeis (Resolução CFC nº 962, de 16-5-03, publicada no DOU em 04-6-03)

NBC T 11 – IT – 10 – Interpreta o item 11.2.12 – Transação com Partes Relacionadas (Resolução CFC nº 974, de 27-6-03, publicada no DOU em 17-7-03)

- **NBC T 14 – Norma sobre a Revisão Externa de Qualidade pelos pares** (Resolução CFC nº 1.008, de 8-10-04, publicada no DOU em 18-11-04, revoga a Resolução CFC nº 964, de



## Conselho Federal de Contabilidade

16-5-03, publicada no DOU em 4-6-03, que revogou a Resolução CFC nº 910, de 12-9-01 e a Resolução CFC nº 923, de 13-12-01, que alterou a anterior)

### 3. AUDITORIA CONTÁBIL

- a) Auditoria - Aspectos Gerais
  - Conceituação e disposições gerais;
  - Normas de execução dos trabalhos;
  - Normas do parecer dos auditores independentes;
- b) Planejamento de Auditoria;
- c) Carta de Responsabilidade da Administração;
- d) Estimativas contábeis;
- e) Continuidade normal das atividades da empresa;
- f) Transações entre partes relacionadas;
- g) Transações e eventos subsequentes;
- h) Supervisão e controle de qualidade;
- i) Revisão externa de qualidade.

### 4. LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

- Lei nº 6.404/76 e suas alterações – Lei das Sociedades por Ações

### 5. LEGISLAÇÃO E NORMAS DE ORGANISMOS CONTROLADORES DO MERCADO

- LEI Nº 6.385/76  
Lei da Comissão de Valores Mobiliários.
- DELIBERAÇÃO CVM Nº 25/85  
Referenda o pronunciamento sobre Procedimentos de Auditoria Independente de Instituições Financeiras e Entidades Equiparadas, emitido pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, também aprovado pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- DELIBERAÇÃO CVM Nº 26/86.  
Aprova o pronunciamento emitido pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, sobre Transações entre Partes Relacionadas.
- DELIBERAÇÃO CVM Nº 28/86.  
Aprovar o pronunciamento anexo à presente Deliberação, emitido pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, sobre Investimentos Societários no Exterior e Critérios de Conversão de Demonstrações Contábeis em Outras Moedas para Cruzeiros.
- DELIBERAÇÃO CVM Nº 29/86.



## Conselho Federal de Contabilidade

Aprova e referenda o pronunciamento anexo do Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, sobre Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade.

- DELIBERAÇÃO CVM Nº 164/94  
Dispõe sobre a contabilização da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.
- DELIBERAÇÃO CVM Nº 165/94  
Dispõe sobre o estorno da Reserva de Reavaliação nos casos de descontinuidade dos bens reavaliados.
- DELIBERAÇÃO CVM Nº 183/95  
Aprova pronunciamento do Ibracon sobre Reavaliação de Ativos.
- DELIBERAÇÃO CVM Nº 193/96  
Dispõe sobre a capitalização de juros e demais encargos financeiros decorrentes do financiamento de ativos em construção ou produção.
- DELIBERAÇÃO CVM Nº 206/96  
Dispõe sobre o prazo previsto na Deliberação CVM nº 183/95 para reversão das reavaliações contabilizadas antes de 1º de julho de 1995, sobre a possibilidade de reversão da Reserva de Correção Especial - Lei nº 8.200/91, e dá outras providências.
- DELIBERAÇÃO CVM Nº 207/96  
Dispõe sobre a contabilização dos juros sobre o capital próprio previsto na Lei nº 9.249/95.
- DELIBERAÇÃO CVM Nº 371/00  
Aprova o pronunciamento do Ibracon sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.
  
- INSTRUÇÃO CVM Nº 48/86; 49/86; 50/86 E 53/86  
Dispõe sobre os procedimentos para elaboração de Demonstrações Financeiras Extraordinárias pelas companhias abertas com vistas à adaptação à nova unidade do sistema monetário instituída pelo Decreto-lei nº 2284/86 e dá outras providências.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 49/86  
Dispõe sobre os procedimentos de auditoria a serem aplicados na revisão especial das demonstrações financeiras extraordinárias referidas na Instrução CVM nº 48, de 20.03.86
- INSTRUÇÃO CVM Nº 58/86  
Dispõe sobre a contabilização das companhias abertas que exploram a atividade de arrendamento mercantil.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 59/86  
Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas
- INSTRUÇÃO CVM Nº 132/90  
Dispõe sobre as normas de escrituração contábil a serem observadas na elaboração dos demonstrativos da carteira de títulos e valores mobiliários mantida no país por entidades mencionadas no artigo 2º do Decreto Lei nº 2.285, de 23.07.86
- INSTRUÇÃO CVM Nº 189/92  
Estipula o tratamento contábil a ser dado à reserva de reavaliação, inclusive impostos e contribuições incidentes, em consonância com os efeitos da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 192/92



## Conselho Federal de Contabilidade

Dispõe sobre ajuste a valor presente e atualização monetária nos registros contábeis na forma societária, para o pleno atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, e dá outras providências.

- INSTRUÇÃO CVM N° 197/93  
Dispõe sobre a aplicação dos artigos 1° e 2° da INSTRUÇÃO CVM N° 189, de 25 de junho de 1992 e revoga a Instrução CVM n° 192, de 15 de julho de 1992.
- INSTRUÇÃO CVM N° 235/95  
Dispõe sobre a divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis das companhias abertas, e dá outras providências.
- INSTRUÇÃO CVM N° 247/96  
Dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, para o pleno atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, altera e consolida as instruções CVM n° 01, de 27.4.78, n° 15, de 3.11.80, n° 30 de 17.1.84, e o art. 2° da instrução CVM n° 170, de 3.1.92, e dá outras providências.
- INSTRUÇÃO CVM N° 248/96  
Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações financeiras e informações trimestrais adaptadas às disposições contidas nos artigos 4° e 5° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995.
- INSTRUÇÃO CVM N° 269/97  
Altera a Instrução CVM n° 247, de 27 de março de 1996, que dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas.
- INSTRUÇÃO CVM N° 270/98  
Dispõe sobre o registro de companhia emissora de títulos ou contratos de investimento coletivo e dá outras providências.
- INSTRUÇÃO CVM N° 278/98  
Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes - Capital Estrangeiro.
- INSTRUÇÃO CVM N° 279/98  
Dispõe sobre a constituição, a administração e o funcionamento de Fundos Mútuos de Privatização – FGTS, destinados à aquisição de valores mobiliários, com recursos disponíveis da conta vinculada do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS.
- INSTRUÇÃO CVM N° 285/98  
Altera o art. 14 da Instrução CVM n° 247, de 27.3.96, que dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.
- INSTRUÇÃO CVM N.º 302/99  
Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento em títulos e valores mobiliários.
- INSTRUÇÃO CVM N° 308/99  
Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores



## Conselho Federal de Contabilidade

das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes, e revoga as Instruções CVM nºs 216, de 29 de junho de 1994, e 275, de 12 de março de 1998.

- INSTRUÇÕES CVM Nºs 319/99, 320/99 e 349/01  
Dispõe sobre as operações de incorporação, fusão e cisão envolvendo companhia aberta.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 331/00  
Dispõe sobre o registro de companhia para emissão e negociação de certificado de depósito de valores mobiliários – Programas de BDRs Níveis II e III com lastro em valores mobiliários de emissão de companhias abertas ou assemelhadas, com sede no exterior.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 332/00  
Dispõe sobre a emissão e negociação de certificado de depósito de valores mobiliários - BDRs com lastro em valores mobiliários de emissão de companhias abertas, ou assemelhadas, com sede no exterior e revoga as Instruções CVM nºs 255, de 31 de outubro de 1996, e 321, de 10 de dezembro de 1999.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 339/00  
Altera as Instruções CVM nºs 279 e 280, de 14 de maio de 1998, que dispõem sobre a constituição, a administração e o funcionamento de Fundos Mútuos de Privatização – FGTS e Clubes de Investimento – FGTS.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 346/00  
Dispõe sobre a contabilização e a divulgação de informações, pelas companhias abertas, dos efeitos decorrentes da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 347/00  
Altera a Instrução CVM nº 279, de 14 de maio de 1998, que dispõe sobre a constituição, a administração e o funcionamento de Fundos Mútuos de Privatização – FGTS destinados à aquisição de valores mobiliários, com recursos disponíveis da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 350/01  
Altera e acrescenta dispositivos à Instrução CVM nº 296, de 18 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o registro de distribuição pública de títulos ou contratos de investimento coletivo.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 351/01  
Dá nova redação ao art. 16 da Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 354/01  
Altera a Instrução CVM nº 279, de 14 de maio de 1998, que dispõe sobre a constituição, a administração e o funcionamento de Fundos Mútuos de Privatização – FGTS.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 356/01  
Regulamenta a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 360/02  
Altera a Instrução CVM nº 279, de 14 de maio de 1998, que dispõe sobre a constituição, a administração e o funcionamento de Fundos Mútuos de Privatização – FGTS
- INSTRUÇÃO CVM Nº 365/02  
Dispõe sobre os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos pelos fundos de investimento financeiro, pelos fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento e pelos fundos de investimento no exterior.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 371/02



## Conselho Federal de Contabilidade

Dispõe sobre o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

▪ INSTRUÇÃO CVM Nº 375/02

Dispõe sobre os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários pelos fundos de investimento financeiro, pelos fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento e pelos fundos de investimento no exterior.

▪ INSTRUÇÃO CVM Nº 377/02

Altera a Instrução CVM nº 302, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento em títulos e valores mobiliários.

▪ INSTRUÇÃO CVM Nº 379/02

Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações sobre operações com valores mobiliários à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pelas bolsas de valores, pelas bolsas de mercadorias e futuros, pelas entidades do mercado de balcão organizado e pelas câmaras de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários.

▪ INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

Dispõe sobre a divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa.

▪ INSTRUÇÃO CVM Nº 386/03

Dispõe sobre a auditoria independente nos fundos de investimento financeiro, fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento financeiro e fundos de investimento no exterior.

▪ INSTRUÇÃO CVM Nº 391/03

Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações.

▪ INSTRUÇÃO CVM Nº 393/03

Altera a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, que regulamenta a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

▪ INSTRUÇÃO CVM Nº 397/03

Altera a Instrução CVM nº 279, de 14 de maio de 1998, que regulamenta a constituição, a administração e o funcionamento de Fundos Mútuos de Privatização - FGTS destinados à aquisição de valores mobiliários, com recursos disponíveis da conta vinculada do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS.

▪ INSTRUÇÃO CVM Nº 398/03

Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINE.

▪ INSTRUÇÃO CVM Nº 399/03

Regulamenta a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – FIDC-PIPS, nos termos da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003.

▪ INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

Dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário, e revoga a Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, e a Instrução CVM nº 88, de 3 de novembro de 1988.

▪ INSTRUÇÃO CVM Nº 402/04



## Conselho Federal de Contabilidade

Estabelece normas e procedimentos para a organização e o funcionamento das corretoras de mercadorias.

- INSTRUÇÃO CVM Nº 406/04  
Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações que obtenham apoio financeiro de organismos de fomento.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 408/04  
Dispõe sobre a inclusão de Entidades de Propósito Específico – EPE nas demonstrações contábeis consolidadas das companhias abertas
- INSTRUÇÃO CVM Nº 409/04  
Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.
- INSTRUÇÃO CVM Nº 411/04  
Altera a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e REVOGA as Instruções 149/91, 171/92, 178/92, 302, 303 e 304/99, 386/03, 392/03 e 403/04.
  
- INSTRUÇÃO CVM Nº 413/04  
Altera a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004.
  
- OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP Nº 01/2005
  
- PARECERES DE ORIENTAÇÃO

### 6. LÍNGUA PORTUGUESA APLICADA

a) As questões dissertativas visam avaliar, além do próprio conteúdo, a capacidade de expressão na escrita e o uso das normas da Língua Portuguesa.

b) Dentro dos critérios de avaliação serão observadas as relações morfosintáticas e semânticas (tipologia textual; síntese e resumo; significação contextual de vocábulos; coesão textual; coordenação e subordinação; emprego das classes de palavras; concordância; regência; ortografia oficial; e pontuação), além do domínio do conteúdo técnico proposto.



## Conselho Federal de Contabilidade

### ANEXO II

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO APLICÁVEL À PROVA ESPECÍFICA PARA ATUAÇÃO NA ÁREA DE AUDITORIA NAS INSTITUIÇÕES REGULADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)

##### 1. LEGISLAÇÃO E NORMAS EMITIDAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB).

- **LEI N° 4.595/64**  
Reforma do Sistema Financeiro Nacional.
- **LEI N° 4.728/65**  
Lei do Mercado de Capitais.



## Conselho Federal de Contabilidade

- **LEI N° 6.385/76 e LEI N° 9.447/97**  
Lei da Comissão de Valores Mobiliários.
- **LEI N° 6.404/76 - 10.303/01(Lei adicional)**  
Lei das Sociedades por Ações.
- **MANUAL DE NORMAS E INSTRUÇÕES – MNI**  
Resoluções, circulares e carta-circulares emitidas pelas autoridades monetárias, relativas às normas e procedimentos de auditoria.

### **2. CONHECIMENTO DE OPERAÇÕES DA ÁREA DE INSTITUIÇÕES REGULADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)**

- Estrutura do Sistema Financeiro Nacional.
- Principais tipos de instituições financeiras – Bancos Múltiplos, Bancos Comerciais, Bancos de Investimentos, Caixas Econômicas, Bancos de Desenvolvimento, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento.
- Tesouraria e Títulos e Valores Mobiliários.
- Instrumentos Financeiros Derivativos – conceito de *hedge* e *não hedge*.
- Carteira de Crédito – *rating*, provisão e modalidades.
- Carteira de Câmbio.
- Prevenção à lavagem de dinheiro – Resolução CMN n° 2.025/93 e alterações posteriores.
- *Compliance* e controles internos – aspectos regulatórios (Resolução CMN n° 2.554/98).
- Comitê de auditoria – Resolução CMN n° 3.198/04.
- Acordo da Basileia – Resolução CMN n° 2.099/94 e alterações posteriores.

### **3. CONTABILIDADE BANCÁRIA**

- Plano de Contas das Instituições Financeiras – (Cosif).
- Auditoria Independente.
- Normas básicas.
- Documentos/Relatórios.
- Informações Financeiras Trimestrais.
- Demonstrações Contábeis (Elaboração, publicação e remessa ao BCB).
- Operações compromissadas e mercado aberto.
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa.



## Conselho Federal de Contabilidade

- Depósitos.

### 4. LÍNGUA PORTUGUESA APLICADA

- a) As questões dissertativas visam avaliar, além do próprio conteúdo, a capacidade de expressão na escrita e o uso das normas da Língua Portuguesa.
  - b) Dentro dos critérios de avaliação serão observadas as relações morfossintáticas e semânticas (tipologia textual; síntese e resumo; significação contextual de vocábulos; coesão textual; coordenação e subordinação; emprego das classes de palavras; concordância; regência; ortografia oficial; e pontuação), além do domínio do conteúdo técnico proposto.
-